



FEMENIPIXO: PRÁTICAS ARTÍSTICAS E NARRATIVAS FEMINISTAS DE RESISTÊNCIAS NAS PAREDES DA UFPI

Luciana de Lima Lopes Leite ¹
Shara Jane Holanda Costa Adad ²

RESUMO

O estudo é o resultado de investigação junto a mulheres ARTEvistas, Trans e Cis, na Universidade Federal do Piauí, que desenvolvem práticas artísticas e narrativas feministas de resistência nas paredes/muros dessa instituição, produzindo conhecimentos para a invenção de uma educação feminista e de igualdade de gêneros. O diálogo teórico se dá, principalmente, com as escritas de Biroli (2004), Butler (2018) e Hooks (2019). A metodologia utilizada foi inspirada na etnografia, com entrevistas e registros fotográficos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa onde a pesquisadora não é protagonista, mas facilitadora no fazer ecoar as vozes d@s sujeit@s da pesquisa, compreendid@s não como produtor@s de dados, mas atrizes no processo de construção de conhecimentos, frutos de artevismo e resistência.

Palavras-chave: práticas artísticas, narrativas, feministas, reXistência, UFPI.

INTRODUÇÃO

“A travesti quer um beijo!”, “Os muros gritam, as manas pixam!”, “Viva a revolução Sapatão!”, “Respeita as minas, respeita as monas, respeita todas!”. Essas são algumas, dentre centenas de frases que nos atravessam ao observar as paredes e os muros da Universidade Federal do Piauí. Frases que ecoam os anseios, angústias, desejos, silenciamentos, afetos, resistência de mulheres ARTEvistas, Cis e Trans, que vivem – ou viveram – o cotidiano dessa instituição de Ensino.

Saliento que, ao falar em mulheres Cis, me refiro ao alinhamento que:

[...] envolve um sentimento interno de congruência entre corpo e gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é percebido como coerente. A pessoa designada “homem” ou “mulher” se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente como tal (KASS, 2016).

O termo Trans, por sua vez, é utilizado para definir as Transexuais e/ou Travestis. As primeiras, são pessoas que nascem com um sexo biológico e, na maioria das vezes, desejam a readequação corporal através de procedimentos cirúrgico e tratamento hormonal (PICAZIO,

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Piauí - UFPI, lufour@gmail.com

² Professora Orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal do Piauí – UFPI, shara_pi@hotmail.com



1999). Já a Travesti, é aquela a quem foi atribuído o sexo masculino ao nascer, mas que se veste e se expressa com características femininas (MARTINS, 2018).

As escritas nas paredes, enquanto narrativas de resistência nos centros urbanos antecedem a UFPI, instituída pela Lei nº 5.528, de 11 de novembro de 1968 e oficialmente instalada em 12 de março de 1971 (UFPI, 2017). Aliás, sabe-se, a partir dos estudos históricos e arqueológicos, que desde os primórdios da nossa história os seres humanos se expressam através de escritas, pinturas, gravuras, feitas nas paredes das cavernas – datadas de 50000 a.C (ROSA, 2012) –, denominadas de Arte Rupestre. No entanto, compreender os grafismos de um grupo exige, a priori, conhecer o contexto social em que estes foram formulados.

Os grafismos observados nas paredes e muros da Universidade Federal do Piauí, que denomino de práticas artísticas e narrativas femininas de reXistência³, se intensificaram a partir do ano de 2016, marcado pelos movimentos de ocupações secundaristas e de Instituições de Ensino Superior como a *OcupaUFPI*, onde a presença, e até mesmo o protagonismo feminino, se fez decisivo nos processos de mobilização, articulação e conquistas desses movimentos.

Os espaços de Poder que as mulheres vêm ocupando no Brasil seja na Presidência da República, nas empresas ou nos movimentos sociais, nos muros e paredes das cidades, nas escolas e universidades – Reitoras, Diretoras, Professoras, Estudantes – são frutos dos movimentos feministas que se desenvolvem no século XIX. No período do Império (1822-1889), a luta pela emancipação feminina em nosso país teve uma conquista considerável, com o reconhecimento do direito das mulheres a educação.

A nossa primeira legislação específica sobre o ensino primário, após a independência, foi a lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como Lei Geral, que padronizou as escolas de primeiras letras no país, contemplando a discriminação da mulher. Elas não aprendiam todas as matérias ensinadas aos meninos, principalmente as consideradas mais racionais como a geometria, e em compensação deveriam aprender as ‘artes do lar’, as prendas domésticas. Em relação ao pagamento, foi previsto na lei igualdade para os mestres e as mestras, contudo, a própria legislação posterior abriu brechas para que na prática as professoras ganhassem menos que os homens. (STAMATTO, 2002, p. 05).

Cabia às mulheres, nesse período, aprender somente o básico, adquirir o conhecimento necessário para formar o caráter do homem, educar as virtudes de seus filhos, exercer seu

³ Com X pois defendo que resistência é antes de mais nada um ato de existência, de “estar vivo para o mundo”. (INGOLD, 2015). Neologismo a partir dos termos Resistência + eXistência.

papel de mãe civilizadora (ABRANTES, 2006). A Educação feminina ficava quase exclusivamente restrita aos limites domésticos e a atividades como tocar piano, coser, cozinhar e bordar.

A partir de 1870, com a fundação de escolas protestantes no Brasil, quebrando o monopólio religioso do catolicismo, surgiram as primeiras escolas públicas mistas, reunindo alunos de ambos os sexos sob o mesmo teto (BERGER, 1984). É também nessa época que se constrói o “[...] discurso da ‘vocação natural’ da mulher para o magistério” (STAMATTO, 2002, p. 07), segundo o qual estas eram dotadas das qualidades naturais necessárias para o exercício da profissão docente, como ternura e coração dócil. No entanto, o papel de subserviência das mulheres permanecia – e o patriarcado ainda quer que permaneça –, como ficou claro no Congresso Internacional de Educação ocorrido em Paris, em 1889, do qual o Brasil participava, onde, segundo Stamatto (2002, p. 08):

[...] discutiu-se qual a parte que convinha às mulheres no ensino, chegando-se a conclusão de que a aptidão das moças para o ensino de crianças era incontestável, possuíam as mesmas capacidades de ensinar que os homens, mas não eram habilitadas para outros tipos de cargo como o de direção e inspeção de ensino.

No século XX, foram institucionalizados em todo território nacional grupos escolares, com novidades em termos de ensino, direção e supervisão escolar, que apresentavam igualdade numérica dos cargos efetivos femininos nas escolas. Porém, impulsionados pelo machismo e patriarcado enraizados na sociedade brasileira, cabia ao professorado masculino continuar dominando o nível secundário, enquanto as mulheres passavam a ocupar um maior número de vagas no mercado de trabalho do ensino elementar, se cumprissem exigências tais como:

A exigência do celibato para que as mulheres pudessem exercer a função de professoras do ensino público estava proposta no Estatuto da Instrução Pública nos seus artigos de 22 a 25, apresentada pelo diretor Anísio Brito. Segundo aquela proposta, as professoras tinham que ser solteiras ou viúvas e caso viessem a contrair matrimônio perderiam imediatamente o cargo para o qual tinham sido nomeadas (FERRO, 1996, p.92-94).

Ao recordar a história tradicional, oficialmente escrita e legitimada pelos homens, pode-se perceber que esta renegou a participação dos grupos sub-representados em sua concepção, marginalizando e excluindo afrodescendentes, economicamente pobres, indígenas, LGBTQI+ e mulheres. Pouca importância ainda é dada às mulheres que participaram e

participam ativamente da trajetória histórica e da construção de narrativas no Brasil. Às mulheres que lutaram e lutam por justiça e o direito de serem educadas e respeitadas a partir da igualdade de gêneros, são, em sua maioria, silenciadas.

Atualmente, apesar de haver avanços consideráveis em relação ao papel e aos espaços de poder que as mulheres ocupam na sociedade, ainda há muito que se lutar para alcançarmos efetivamente uma igualdade entre gêneros. Mary Beard salienta que:

Felizmente há agora mais mulheres no que podemos concordar serem posições “poderosas” que dez anos atrás, para não dizer cinquenta. Seja como políticas, conselheiras, comissárias de polícia, gerentes, presidentes de empresas, juízas ou no cargo que seja, esse número ainda é minoria – mas é maior (2018, p. 60-61).

Ao que acrescenta:

[...] Mas minha premissa básica é que o modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua ser absolutamente masculina. Se fecharmos os olhos e tentarmos conjecturar a imagem de um presidente ou – para passarmos ao âmbito do conhecimento – um professor, o que a maioria de nós ver não é uma mulher. E isso é verdade mesmo *quando se trata* de uma mulher nessa função: o estereótipo cultural é tão forte que, no âmbito dessas fantasias de fechar os olhos, ainda é difícil para *mim* imaginar a *mim*, ou alguém como eu, em meu papel. (2018, p. 61).

Nessa perspectiva, muitas de nós mulheres, em maior ou menos escala, ainda nos pegamos aprisionadas ao patriarcado onde vivemos um constrangimento do corpo (BOURDIEU, 2002), sob as premissas da dominação masculina que:

Está suficientemente assegurada para precisar de justificação: ela pode se contentar em ser e em se dizer nas práticas e discursos que enunciam o ser como se fosse uma evidência, concorrendo assim para fazê-lo ser de acordo com o dizer. A visão dominante da visão sexual exprime-se nos discursos tais como os ditados, os provérbios, os enigmas, os cantos, os poemas ou nas representações gráficas tais como as decorações murais, os motivos das cerâmicas ou dos tecidos. Mas ela se exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas: por exemplo na estrutura do espaço, e em particular nas divisões interiores da casa ou na oposição entre a casa e o campo (BOURDIEU, 2002, p. 137).

Assim, mesmo ocupando espaços de poder como, no caso da Universidade Federal do Piauí, a Superintendência, Prefeitura, Vice Reitoria, preenchendo 65% das vagas de pós graduação da instituição (UFPI, 2013), a grande maioria das mulheres continuam silenciadas,

vítimas do machismo e misoginia, sofrendo exclusão e violência, sendo comum relatos abusos sofridos por mulheres por parte de professores, seguranças, funcionários e companheiros de sala, dentro da instituição.

Frente a esse cenário, propomos a investigação das escritas – graffiti, pichações e pôster-lambes – nas paredes da UFPI, assumindo como problema de pesquisa: Quais narrativas e confetos, confeitos permeados por afetos, as práticas artísticas femininas de resistência vêm produzindo para a construção de uma educação feminista na Universidade Federal do Piauí?

A pesquisa se mostrou extremamente relevante tendo em vista o contexto histórico, político e social que atravessamos, marcado por retrocessos e ameaças ao processo de democratização do país, bem como as conquistas dos movimentos afrodescendentes, indígenas, LGBTQI+, feministas, entre outros.

A investigação objetivou analisar como as práticas artísticas e narrativas femininas de reXistência nas paredes da UFPI produzem confetos e conhecimentos para a invenção de uma educação feminista e de igualdade de gêneros.

METODOLOGIA

Considerando a diversidade e subjetividade que envolve a investigação das sujeitas da pesquisa – mulheres, Cis e Trans, que estudam na Universidade Federal do Piauí, e praticam as paredes desta instituição através de linguagens artísticas tais: graffiti, pichações e pôster-lambe, produzindo narrativas de resistência – o estudo exigiu uma metodologia que, para além da coleta de dados e informações objetivas fizesse, principalmente, uma análise da interrelação existente entre os significados e ressignificados das práticas e narrativas produzidas pelas sujeitas envolvidas.

Ao defender a invenção de conhecimentos coletivos a partir das resistências e dos processos de desterritorialização e reterritorialização das instituições, como a UFPI, realizou-se uma pesquisa qualitativa onde a pesquisadora não foi protagonista, mas facilitadora no fazer ecoar das vozes das sujeitas pesquisadas, percebidas “[...] não somente como produtores de dados cuja experiência da vida e prática social merecem todo nosso cuidado, e sim como *atores e atrizes na aventura científica* (GAUTHIER, 2012, p. 75). Nesse processo, faz-se necessário:

[...] valorizar o minúsculo, o esquecido, o silenciado, o suspeito, o invisível, longe dos habituais critérios intelectuais da racionalidade. Trata-se, portanto, de desorientarmos nosso intelecto, caotizarmos nossa percepção e categorização do mundo e descobriremos outros significados humanos para os dados de pesquisa produzidos – tarefa descolonizadora e produtora de potência! (ADAD, 2004, p. 66).

A abordagem metodológica abraçada para o desenvolvimento da pesquisa teve inspiração na Sociopoética:

[...] uma abordagem – ou método, no sentido dado por Edgar Morin (1986) – de pesquisa em ciência do ser humano e da sociedade, enfermagem e educação, com possibilidades de aplicação no ensino e na aprendizagem (GAULTIER, 2012, p. 72).

A sociopoética é norteada por cinco orientações metodológicas, a saber:

1) A instituição do dispositivo do *grupo-pesquisador*, no qual cada participante da pesquisa está ativo em todas suas etapas [...] e pode interferir no devir da pesquisa [...] 2) A valorização das culturas dominadas e de resistência [...] 3) pensar, conhecer, pesquisar, aprender com o corpo inteiro, ao equilibrarem as potências da razão pelas da emoção, das sensações, da gestualidade, da imaginação [...] 4) Ao privilegiarem formas artísticas de produção dos dados, os sociopotas colocam em jogo capacidades criadoras que mobilizam o corpo inteiro e revelam fontes não consciente de conhecimento [...] Enfim, os sociopoetas insistem na responsabilidade ética, política e espiritual do grupo-pesquisador, em todo momento do processo de pesquisa, que não é propriedade dos pesquisadores “profissionais”, que não é somete voltado para o mundo acadêmico, e sim deve interferir com as necessidades e desejos do grupos que acolhem as pesquisas (GAUTHIER, 2012, p. 74-75).

Para início da investigação foi realizado um mapeamento das práticas artísticas e narrativas de reXistência feministas nas paredes da UFPI, campus Petrônio Portela, especificamente nos Centros de Ciências Humanas – CCHL e Centro de Ciências da Educação – CCE, delimitação geográfica da pesquisa. Em seguida foram selecionadas as práticas e narrativas a serem analisadas. Estas foram registradas através de fotografias e vídeos. A partir daí buscou-se identificar as ARTEvistas/autoras dessas práticas para desenvolver a investigação tendo como principal instrumento de construção de conhecimentos a entrevista e produção de práticas e narrativas nas paredes da instituição.

Fizeram parte do grupo-pesquisador 04 (quatro) ARTEvistas estudantes da Universidade Federal do Piauí, campus Petrônio Portela, em Teresina. Uma mulher Trans, do curso de Design de Moda; uma mulher homoafetiva, estudante de Ciências Sociais; uma estudante de Pedagogia e uma estudante de Artes Visuais.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil é um país dominado pelo patriarcado, um sistema de opressão e privilégio de sujeitos brancos e masculinos, que está profundamente enraizado na cultura e instituições (TIBURI, 2018). Nossa sociedade é determinada pela heteronormatividade e os padrões machistas que “[...] tem sido um dos pilares da noção moderna de família e das convenções mobilizadas em discursos familistas, nos quais a defesa ‘da família’ corresponde a idealizações e exclusões” (BIROLI, 2018, p. 122).

Nesse contexto, as lutas dos movimentos feministas e das mulheres vêm sendo fundamentais para a garantia de direitos conquistados. “[...] Ação dos movimentos organizados de mulheres tem produzido efeitos no âmbito estatal, apesar da baixa representação feminina em cargos eletivos e no primeiro escalão do governos” (BIROLI, 2018, p 211). Essas, apesar de sofrerem cotidianamente violência política, sendo pressionadas a permanecer nos espaços domésticos-familiares como “belas, recatadas e do lar”, vêm atuando politicamente de maneira sistemática, ocupando os espaços de poder e os espaços da rua.

As mulheres, assim como o movimento LGBTQI+, estão também na linha de frente do combate ao individualismo e conservadorismo moral, buscando romper com a dominação do patriarcado e o determinismo heteronormativo, questionando até mesmo a representação e a identidade definida de mulheres (BUTLER, 2018), pois, como argumenta Flávia Biroli:

[...] A identidade do grupo “mulheres” vem sendo posta em questão de maneira sistemática pelas feministas negras e pelas feministas socialistas, ao menos desde os anos 1960. A crítica não nasceu nesse ponto, é claro. Mas o debate que se estabeleceu a partir dos meados do século XX alterou radicalmente o pensamento e o ativismo feministas, que passaram a operar com noções mais complexas das experiências e das necessidades das mulheres, vistas em suas diferenças e do prisma das desigualdades de classe, raça, etnia, sexualidade, geração (2018, p. 09).

Ao propor uma análise sobre as práticas artísticas e narrativas feministas de reXistência nas paredes da UFPI, partindo do pressuposto de que estas produzem confetos e conhecimentos para a invenção de uma educação feminista e de igualdade de gêneros, considero que “[...] gênero não é só uma categoria de análise como é também uma categoria histórica e discursiva” (SAFFIOTI, 2004).



[...] Como organizações historicamente específicas da linguagem, os discursos se apresentam no plural, coexistindo em contextos temporários e instituindo convergências imprevisíveis e inadequadas, a partir das quais são geradas modalidades específicas de possibilidades discursivas (BURTLE, 2018, p. 250).

As práticas artísticas e narrativas feministas de reXistência analisadas não seguem padrões, não têm modelos definidos, formas fechadas, caminhos certos. Como o rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 2011), são linhas de fuga que escapam da tentativa totalizadora e abraçam novas e outras formas de articulação e criação de conhecimento. “[...] um modelo de resistência ético-estético-político, trata-se de linhas e não de formas [...] Pesadelo do pensamento linear, não se fecha sobre si, é aberto para experimentações, é sempre ultrapassado por outras linhas de intensidade que o atravessam” (TRINDADE, 2016, s/p). Em sua maioria, são marginalizadas, estigmatizadas como atos de vandalismo e pichação – termo que denomina, ao mesmo tempo, dois fenômenos distintos, inscrições inteligíveis e ininteligíveis, realizadas com tinta spray (SILVA, 2017, p. 224).

Na investigação proposta, compreendo essas práticas artísticas e narrativas como, além de manifestação artística, um ato político de resistência de mulheres que buscam, através das paredes da universidade, uma tática de mostrar-se, narrar-se, representar-se (PAIM, 2012),

Uma prática política que persiga a subversão da subjetividade de modo a permitir um agenciamento de singularidades desejanças, deve investir o próprio coração da subjetividade dominante, produzindo um jogo que a revela, ao invés de denunciá-la. Isso quer dizer que, ao invés de pretendermos a liberdade [...] temos de retomar o espaço da farsa, produzindo, inventando subjetividades delirantes que, num embate com a subjetividade capitalista, a façam desmoronar (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 30).

Nesse sentido, para analisar tais práticas artísticas e narrativas, foi preciso diferenciar *visualidade* e *visibilidade*. Na primeira “[...] a imagem aparece aos sentidos como uma manifestação que permite identificar o lugar [...] Na visibilidade, a imagem é uma mediação que pode produzir conhecimento do espaço” (SILVA, 2017, p. 134), inventando subjetividades.

Através das análises realizadas na pesquisa, percebe-se que estas práticas e narrativas desterritorializam o espaço sagrado da instituição e, ao subverterem a ordem, inventam conhecimentos que ultrapassam os espaços das salas de aula e buscam não somente ecoar as

vozes de mulheres historicamente silenciadas, mas construir uma educação transformadora e libertária.

Ocupamos as paredes e muros da Universidade para reevindicar nosso direito de fala. Elas se transformaram em vitrines não apenas pra nossas manifestações estéticas, mas principalmente pra nossa arte política. É uma forma de colocar nosso corpo no mundo e mostrar que a educação ultrapassa as fronteiras das salas de aula porque a gente tá educando os machos, né? Na verdade a gente tá reeducando um monte de gente, uma universidade toda. Uma gente que é preconceituosa e que foi educada pra ser machista mas que quando para pra analisar nossas mensagens refletem até mesmo sobre suas próprias opressões nesse sistema? (D.G, 2018).

Através de graffitis, pichações, lambes espalhados pelas paredes e muros da UFPI, mulheres ARTEvista criam fissuras na estrutura do sistema patriarcal, incomodam, reevindicam o lugar de fala, fazem pensar. Constroem também pontes e redes entre mulheres e homens que compreendem que o “[...] Feminismo é um movimento para cabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKES, 2018, p.13), capaz de ressignificar o modo de se pensar as relações sociais e nosso sistema educacional. Segundo a estudante de Artes Visuais L.M. (2018):

Foi através da nossa organização como mulheres artevistas que fundamos a Kátias Coletivas. Coletiva mesmo porque a gente não queria coletivo no masculino, porque é tudo sempre no masculino. Mas veja bem, a coletiva é composta de homens, mulheres, as bixas todas que lutam por espaço nessa universidade. As bixas que são orpimidadas, que adoecem, que sofrem todo tipo de violência.

Ao refletir e analisar sobre ocupação das paredes e muros da UFPI por práticas artísticas e narrativas feministas, compreende-se essa ocupação como uma tática de reXistência coletiva, onde:

A importância das mulheres ocuparem os muros da UFPI é uma possibilidade muito forte da gente pertencer e conseguir inventar outros modos dos que nos são apresentados, porque a maior parte dessas intervenções são feitas por homens, e na maioria delas, de homens para homens, né? Então quando as mulheres e as mulheres trans riscam, elas estão sangrando, elas estão contaminando com seu pertencimento, com a forma que elas se encaixam no mundo, com suas inquietações dando vazão aos seus gritos, aos seus choros, as suas alegrias, os seus afetos nessas paredes. É muito forte quando você passa e vê revolução sapatão né? É que os afetos das mulheres são a revolução em um país de herança judaico cristã, um país em que o patriarcado domina, o capitalismo impera, o classismo, o racismo, a xenofobia, as desigualdades de gênero e as violência no campo da

sexualidade identitária. Então esses pichos criam um caminho que a gente passa a percorrer por ele criando mecanismo de resistência, mecanismos de vida, são potência de vida (K.C, 2018).

Dessa forma, as práticas artísticas e narrativas feministas nas paredes da UFPI são uma tática de reXistência de mulheres para propagar seus discursos e saberes silenciados, representar-se, reevindicar os direitos que lhes são negados, gritar contra o sexismo, opressão e dominação masculina, inventar modos de estar vivas. A pesquisa nos mostra a potência criativa e revolucionária dessas práticas que, de 2016 até o momento atual (2019), têm se intensificado. Coletivos e crews – grupo de mulheres grafiteiras que respondem por um mesmo nome – vêm surgindo e ocupado as paredes e muros da universidade como uma reXistência coletiva capaz de produzir efetivamente conhecimentos para uma educação libertária e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decidir investigar as práticas artísticas e narrativas feministas de reXistência nas paredes da UFPI, deve-se, antes de mais nada, a minha atuação enquanto ARTEvista que acredita na potência criativa e transformadora dessas práticas.

A pesquisa é o resultado de um processo de inquietação e investigação que venho desenvolvendo desde 2014, na graduação de Artes Visuais, passando pelo Mestrado em Antropologia, concluído em 2018, e estando agora dando continuidade através do Doutorado em Educação. Através dos estudos compreendo a Arte como tática de resistência aos padrões impostos pelo patriarcado e sistema capitalista que exclui, marginaliza, silencia e invisibiliza os grupos subrepresentados, como nós mulheres.

Acredito e defendo que a pesquisa possa auxiliar na análise e outros estudos sobre feminismos, arte como resistência, educação e interseccionalidades, chamando atenção para a importância e necessidade de se criar conhecimentos alternativos que levem em consideração processos de subjetivação e as diversidades.

As práticas artísticas e narrativas analisadas são capazes de criar laços, tecer redes, conectar pessoas. Instigam a comunidade a [re]pensar o cotidiano e as relações de poder que nos envolve e segregam. Rompem o silêncio diante do machismo, patriarcado e violência contra as mulheres e outros grupos subrepresentados. Quebram regras, subvertem as normas, compartilham sonhos e esperanças na [com]vivência em um mundo de respeito as diversidades.

Em períodos de insegurança e incerteza em relação aos direitos conquistados, nós mulheres corremos sérios riscos. Nossa liberdade artística e de expressão está em perigo. Assim, torna-se fundamental – e tomo para mim a responsabilidade como ARTEvista, militante feminista e educadora – contribuir para que as práticas artísticas e narrativas femininas de reXistências nas paredes da UFPI sejam vistas/ouvidas/pensadas e percebidas, não como atos de vandalismo, e sim como potência criativa no processo de (re)construção de uma Educação que se pretenda inclusiva, feminista e transformadora, bem como espaço de construção de conhecimentos revolucionários, que ultrapassam as paredes das salas de aula.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “**Mãe Civilizadora**”: A educação da mulher nos discursos feminista e antifeminista na primeira república. XII Encontro Regional de História ANPUH/RJ – Usos do passado, 2006 p. 1-8.

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Jovens e educadores de rua**: itinerários poéticos que se cruzam pelas ruas de Teresina. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2004.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder**: um manifesto. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BERGER, Manfredo. **Educação e Dependência**. 4º Ed. São Paulo: Difel, 1984.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2018.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 1, Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011.

D.G. **Ocupação dos muros da UFPI para uma educação transformadora**. [14 de setembro de 2018]. Teresina, Piauí. Entrevista concedida à Luciana Leite.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: UFPI, 1996.

GAUTHIER, Jacques. **O Oco do Vento**: metodologia da pesquisa sociopoética e estudos transculturais. Curitiba: editora CRV, 2012.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 4.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.



HOOKES, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

KASS, Hailey. **O que são pessoas Cis e Cissexismo?** Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com> > . Acesso: 18 dez. 2016.

K.C. **A importancia de se ocupar as paredes da UFPI**. [19 de setembro de 2018]. Teresina, Piauí. Entrevista concedida à Luciana Leite.

L.M. **Organização de mulheres ARTEvistas**. [14 de setembro de 2018]. Teresina, Piauí. Entrevista concedida à Luciana Leite.

MARTINS, Geiza. **Glossário de gênero**: entenda o que é cis, trans, não-binário e mais. Disponível em: < <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-termos-cis-trans-binario.htm>>. Acesso em 12 de setembro de 2018.

PAIM, C. **Táticas de artistas na América Latina**: coletivos, iniciativas coletivas e espaços autogestionados. Porto Alegre: Panorama Crítico Ed., 2012.

PICAZIO, C. M. S. **Sexo Secreto**: Temas Polêmicos da Sexualidade. São Paulo: Editora Summus, 1999.

ROSA, N. S. S. **Retratos da arte**: história da arte. São Paulo: LEYA. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Labrys, Estudos Feministas. Revista Eletrônica, n. 1-2, Jul./Dez. 2002.

SILVA, A. L. dos S. V. e. **Essa rua virou nossa**. Em: Arte que inventa Afetos. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2017.

SILVA, John Wedson dos Santos. **Pichando a Capital**: juventude, resistência e cultura em Teresina – Piauí. Teresina: EDUFIP, 2017.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na História**: a Mulher na Escola (Brasil: 1549 – 1910). Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>> Acesso em 29 de setembro de 2018.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: Para Todas, Todes e Todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

UFPI. **Mulheres e jovens são maioria nos cursos de pós-graduação da UFPI**. Disponível em: < <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/2345-mulheres-e-jovens-s%C3%A3o-maioria-nos-cursos-de-p%C3%B3sgradua%C3%A7%C3%A3o-da-ufpi> > Acesso em 29 de setembro de 2018.

UFPI. **Histórico**. Disponível em: < <http://ufpi.br/historico-ppged>>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

